

A CASA DO ESTUDANTE DO IMPÉRIO (1944 -1965): UM LUGAR DE MEMÓRIA E CONSCIENCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Matheus Henrique da Silva Lima (UFRPE, Graduando em História, matheushenrique.história@gmail.com)

Resumo:

Tendo em vista as importantes aproximações entre a História e a Literatura no campo da historiografia, o presente trabalho tem como problemática central conhecer e analisar as produções literárias de estudantes das colônias africanas, oriundas da Casa dos Estudantes do Império, do período de 1944 a 1965. Neste sentido, nossa pesquisa tem procurado identificar as principais críticas às ações coloniais, as discussões acerca de uma identidade, a revalorização de aspectos culturais das possessões, bem como os anseios de se desvencilhar do julgo português na Coleção dos Autores Ultramarinos. Desse modo, realizamos leituras de documentações realizadas no seio da instituição, pesquisas nos acervos digitais da Fundação Mário Soares (FMS) e da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) assim como referenciais bibliográficos entre teses, dissertações, artigos e livros de autores portugueses e africanos acerca das relações entre História, Literatura, Resistência, poesia e colonialismo em África. Portanto, neste trabalho a poesia africana de combate assume a característica de fonte histórica de resistência, tornando-se um mosaico contrastante com os discursos disseminados pelo colonizador.

Palavras-chaves: Literatura Africana. História. Colonialismo.

INTRODUÇÃO

O trabalho com a literatura, enquanto fonte histórica, traz consigo representações do passado tão importantes quanto outras fontes documentais no processo de auxílio à elaboração de uma produção historiográfica. Tendo em vista que, a história poder ser vista como uma representação do passado e as fontes que ajudam na produção do seu conhecimento também o é, uma série de questões metodológicas entre os tocantes de distanciamentos e aproximações precisam ser preponderantemente tratadas dentro desta forma de produção, que engloba conceitos da História Cultural, sobretudo, entendendo-

os “como diferentes formas de dizer o mundo e que guardam distintas aproximações com o real”. (PESAVENTO, 2005, p. 69 -83)

Desta maneira, pensar as narrativas histórico-literárias requer entender como elas constroem uma abordagem acerca da realidade. Segundo Ferreira (2009), precisamos conceber como a recepção do texto, tida como uma instância intermediária entre produtor e receptor, o lugar social donde o autor fala e as implicações que a obra possui na sociedade, que perpassam por uma análise metodológica e uma busca por sedimentar narrativas com estruturas retóricas próprias, nas quais se aproximam e se distanciam durante a articulação da comunicação escrita com o conhecimento histórico.

Sendo assim, contextualizar o texto com o qual se trabalha é fundamental para que se possa compreender a respeito do lugar em que foi produzido, da época, seu estilo, a sua linguagem, a história do autor, o ambiente social e cultural, as instituições e as redes que estabelecem com outras narrativas. Segundo Borges (2010, p. 97), estas questões são importantes porque “[...] devemos ficar atentos aos mecanismos de funcionamento da comunicação, do pensamento, das variadas práticas socioculturais, das visões de mundo e das memórias” que ambientam a produção literária.

Neste sentido, a partir dos enfoques tratados, principalmente pela História Cultural e da Literatura, alguns elementos tornaram-se importantes no auxílio para a compreensão e construção da historiografia dos povos africanos, exatamente pela possibilidade de compreender os dilemas do colonialismo do Império Português sobre alguns países em África. Tais como, as lutas pela libertação, os pujantes traços deixados pela cultura lusófona, a desmistificação do olhar unilateral do colonizador e, principalmente, os aspectos da cultura negra do povo africano que resistem à dominação do colonialismo no século XX. Aspectos esses que, hoje, são mais acessíveis pela literatura e pela tradição oral dos movimentos da resistência que passaram a partir da sua circulação por vários países.

Assim a tentativa de dialogar com a literatura (e a incorporação da tradição oral em suas produções) tornou-se objeto preponderante na elaboração de um painel sugestivo sobre uma África plural e diversa, ocupando espaço importante na interpretação das marcas e seus significados para uma sociedade ainda muito desconhecida de grande parte da população brasileira. Dessa forma, hoje, tornou-se bastante perceptível a carência deste conhecimento para melhor compreender a identidade afro-brasileira.

Em função do caráter hibrido da história desses países, e com o intuito de compreender melhor as suas dinâmicas, os olhares proporcionados pelas produções literárias se apresentam com uma saída à manutenção aos discursos unilateralizados disseminados pelos colonizadores. Nesta perspectiva, reconstruir – se é que já existiu – uma visão pluralizada da África, tomando como base a multiplicidade de culturas que formam sua base social, pode ser nutrida a partir da sensibilidade proporcionada pela literatura. Nesse aspecto, a contribuição para o remodelamento de uma visão que trata a África como um universo fatalista, resgatando suas memórias do passado, a construção de seus Estados e os elos entre o passado e o presente tornou-se característica de alguns escritores africanos durante o século XX, principalmente ao introduzirem "o leitor no mundo mágico e mítico africano" (FONSECA e MOREIRA, 2007, p. 05-39).

Partindo dessa perspectiva, a CEI (Casa dos Estudantes do Império), especificamente pela representação das obras condensadas na coleção "Autores Ultramarinos"[1], foi considerada como um espaço político associado a um fenômeno histórico e cultural, em decorrência dos seus objetivos políticos estabelecidos pelo regime. Assim se tornara também, em seu cotidiano, um lugar de representações de luta e resistência, tanto quanto fomentador de uma produção significativa dos estudantes que logravam à metrópole. Em outras palavras, a CEI se tornou muito mais uma expressão que manifesta visões de mundo de indivíduos e grupos, neste mesmo sentido, expressando emoções e incorporando difusamente o conhecimento que traz consigo, do que uma residência estudantil do império (FERREIRA, 2013, p. 67). No entanto, a omissão da historiografia 'profissional' portuguesa negou à CEI (CASTELO, 2011, p. 02), a proposta de ser analisada como uma associação, como um *espaço de memória*[2] e de *consciencialização política* (MATA, 2015, pp. 09 -15). A CEI é uma instituição política do regime, mas também um arquivo vivo e de fôlego, muito importante para compreendermos o cenário vivenciado pelas ex-colônias lusófonas, durante o ferrenho processo de emancipação das colônias do domínio português. Da CEI se tem

[1] Coleção integral de 22 volumes que os até então jovens associados à Casa do Estudante do Império publicaram através dos editoriais da CEI. Em 2015, a UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) e a ACEI (Associação da Casa dos Estudantes do Império) coadunaram, reeditaram e publicaram a coleção. Disponível em: http://www.uccla.pt/noticias/edicoes-da-casa-dos-estudantes-do-imperio//. Acesso em: 10/12/2016.

[2] NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993;

apontamentos da conjuntura do processo de descolonização, que fundamentais para os estudos do fim do império português em África.

Por esse ângulo, a palavra precisa ser pensada a partir de suas várias nuances, como propõe Alfredo Bosi (2003). É o caso da poesia, que na sua função de *ação* e *contradição*[3] se pode perceber as justificações e racionalização do poder por parte das ideologias dominantes, muitas vezes representada na poesia que se torna objeto da historiografia sobre as guerras de independência em Moçambique, Angola e Cabo-Verde. De qualquer modo, segundo Bosi (2003), a concepção de poesia pode ser entendida como uma espécie de fio condutor na tentativa de expressar as experiências mais íntimas e significativas do ser humano (p. 84). O que nos leva a pensar a poesia da CEI como representação do espaço de vivências e experiências nas colônias e na metrópole.

No entanto, a CEI não é só o espaço literário que esboçou inúmeras formas de combate ao colonialismo, na viragem da década de 1950 e 1960, se torna também lugar marcado por uma consciencialização política que se estende ao campo das formalizações, neste caso, das organizações políticas que se digladiavam na luta de libertação (VILLEN, 2013, pp. 32 -40), uns defensores e outros contra.

Vale salientar então que, além da poesia, a resistência e a luta pela descolonização também se dá através de organizações, partidos políticos e a adoção da luta armada, enquanto instrumento de resposta à violência da colonização. Mais do que isso, as lutas pela emancipação ganham corpo também a partir de várias ações, entre elas, a promoção de conferências (1958, Conferência dos Estados independentes Africanos) e encontros entre líderes dos movimentos através da OUA (Organização da Unidade Africana) e CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas), que contribuíam para o intercâmbio de formas de resistência e enfrentamento às forças coloniais.

E é neste âmbito da produção literária e pela ação de movimentos e organizações que se mescla o anseio de que haja o "reconhecimento internacional no âmbito jurídico da legitimidade da luta armada e, por consequência, a criminalização do colonialismo" (VILLEN, 2013, p. 43), que põe em questão o colonialismo nas décadas de 1950-70.

A CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

[3] Ao assumir um caráter eloquente, político e ao expressar os sentimentos mais profundos do homem (BOSI, 2003, 83 -87).

Para entender o lugar social de produção de algumas das literaturas de resistência, assim como a CEI se tornou um espaço de combate aos discursos do colonizador e de disseminação de sentimentos anticoloniais e antisalazaristas é preciso que compreendamos as tensões que atravessaram o período de existência da instituição. Desse modo, inúmeros acontecimentos (inclusive o papel que a literatura assume na viragem da década de 1960) acabam por corroborar no entendimento de como a CEI passou de "filha da Mocidade portuguesa" para um espaço de subversão dos ideais do regime e "de encontro, troca de ideias, de liberdade e de sonho" (CASTELO, 2011, p. 17). Sendo assim, um importante adendo à sua trajetória é que a Casa dos Estudantes do Império (e suas delegações no Porto e em Coimbra) traz com consigo inúmeras ambiguidades ideológicas. Isso porque, a heterogeneidade em relação às ações coloniais é um elemento presente nos quadros da associação. Segundo Inocência Mata (2015), a CEI fora palco não só de resistência aos desmandos coloniais, mas também de reconstrução e manutenção de muitos ideais do colonizador (p. 08 -10).

A Casa do Estudante do Império foi criada em 1944 por um projeto gestado pelo Ministério do Ultramar (nesse momento tendo como ministro Vieira Machado) e a Mocidade Portuguesa (tendo como comissário nacional a figura de Marcelo Caetano). Esse patrimônio formando na década de 1940 reunia a conjunção de estudantes vindos de várias partes do Ultramar (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Macau, Timor, etc), assim como, em seu início, teve a presença de muitos filhos de funcionários coloniais – que, neste caso, eram antigos associados de outras casas de estudantes[4]. De acordo com Castelo (2011), os antigos formatos de composição das associações não agradavam o regime, uma vez que reuniam os estudantes em espaços separados (em função da sua colônia de origem), já que

> Por um lado, porque esse facto contraria a ideia de unidade do império colonial português, propagandeada pelo discurso oficial; por outro, porque dificulta o controlo das actividades dos sócios. Interessa-lhe, antes, que as várias associações se fundam numa só, capaz de congregar todos os estudantes ultramarinos sob a mesma mística imperial (CASTELO, 2011, p. 06).

[4] CASTELO, Cláudia. **A Casa dos Estudantes do Império:** lugar de memória anticolonial. In 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 9, Lisboa, 2010 - 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade : actas [Em linha]. Lisboa: CEA, 2010. [Consult. ....]. Disponível em: http://hdl.handle.net/10071/2244. p. 06

Nesse sentido, a visita do Ministro Vieira Machado, em 03 de julho de 1944, oficializa a proposta de união de todas as associações. Todavia, seu formato de organização passou a ser através da eleição de corpos gerentes próprios sob uma direção geral comum (CASTELO, 2011, p. 07). O biênio 1944 -1945 traz consigo inúmeras dificuldades financeiras e gestacionais, isso porque, grande parte dos quadros das direções era composto por filhos de funcionários coloniais, os quais mantinham um diálogo dificultoso com os outros associados. Dessa forma, um intenso processo de democratização das gestões fora impulsionado[5]. Com novas personalidades figurando os quadros da direção, a partir de 1946 a CEI, segundo Castelo (2011), já poderia ser chamada de filha da mocidade portuguesa já que um dos principais objetivos da instituição era, além de "avivar o espírito português" (p. 08), a associação caminhava para a consolidação de uma "política de enaltecimento e defesa do império colonial, portanto o de coroar de uma espécie de consciência histórica do regime" (FARIA, 1997 *Apud* MATA, 2015, p. 08). Porém, alguns dissensos ainda permeavam pelos quadros e foram fundamentais para a presença constante de ideais (e posteriormente mantendo ligações com vários associados) do MUD (Movimento de Unidade Democrática)[6].

Vale, pois, ressaltar que a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), a polícia política do regime salazarista, mantinha uma monitoração assídua acerca das atividades realizadas no seio das associações. Segundo Castelo (2011), constantes relatórios eram elaborados no decurso de um processo de fiscalização e controle exatamente em razão da CEI ser vista como "alfobre de elementos que desenvolvem campanhas anti-situacionistas[7]". Diante deste cenário, a literatura surge como uma espécie de instrumento de manifestação de ideais que contrapunham o regime e "se

---

[5] Um importante adendo à esta questão é que a CEI de Lisboa, em finais de 1945, possui cerca de 600 associados enquanto a delegação de Coimbra possuía aproximadamente 116. CASTELO, Cláudia. **A Casa dos Estudantes do Império:** lugar de memória anticolonial. In 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 9, Lisboa, 2010 - 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade : actas [Em linha]. Lisboa: CEA, 2010. [Consult. ....]. Disponível em: http://hdl.handle.net/10071/2244. p. 08

[6] O dissenso acerca das ações coloniais se manifesta de forma bastante evidente neste sentido, isso porque os jovens nos quadros da direção, e que participavam do MUD, iam de encontro às ações coloniais implementadas no Ultramar, todavia, a seção da Índia na CEI, em 1950, recusa a subscrever uma nota de repúdio à presença portuguesa na Índia. Um importante adendo à esta questão é que a CEI de Lisboa, em finais de 1945, possui cerca de 600 associados enquanto a delegação de Coimbra possuía aproximadamente 116. CASTELO, Cláudia. **A Casa dos Estudantes do Império**: lugar de memória anticolonial. In 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 9, Lisboa, 2010 - 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade : actas [Em linha]. Lisboa: CEA, 2010. [Consult. ....]. Disponível em: http://hdl.handle.net/10071/2244. p. 09

[7] Resposta da PIDE, datada de 9.4.1951, ao ofício confidencial do Gabinete do Ministro das Colónias, n.º 597, de 31.3.1951, Processo 329/46 SR, Arquivo PIDE/DGS (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

prestava mais a estratégias de mensagens codificadas" (MATA, 2015, p. 19). É certo que (...) na falta de documentos políticos, inexistentes ou raros, os africanos podiam encontrar os elementos essenciais da sua consciência nacional na criação literária (MARGARIDO, 2014 Apud MATA, 2015, p. 11). De acordo com Inocência Mata (2015), a década de 1950 (da geração de Amílcar Cabral), preenchida por outras figuras e com novas propostas para os editoriais, começa a agregar grande importância na luta contra um opressor comum. Em meio a esta efervescência de sentimentos anticoloniais, e possíveis ligações com o escritor Joaquim Namorado e o Ateneu de Coimbra[8], o governo resolveu instaurar uma comissão administrativa para dirigir a Casa (sede) até aproximadamente meados de 1957,

> Foram cinco anos de estagnação, com a CEI reduzida às funções de uma simples pensão. Os estudantes ultramarinos continuaram a frequentar o lar e a cantina, a sede e o posto clínico, mas recusaram-se a colaborar em quaisquer outras actividades promovidas pela Comissão Administrativa (ERVEDOSA, 1990 Apud CASTELO, 2011, p. 10).

Atividades culturais foram proibidas, livros, ficheiros, bem como sócios que supostamente – ou que de fato – possuíam ligações com instituições ou/e indivíduos que não compactuassem com os ideais do regime, foram apreendidos. Ainda segundo Castelo (2011), um dos principais motivos para a instauração de uma comissão administrativa seria pelo fato de que era vista enquanto

> Supostamente uma dependência do aparelho ideológico do Estado, a CEI cedo subverteu as expectativas do regime, impondo-se como um importante espaço cultural e político de contestação do salazarismo e do colonialismo, onde se reuniam os estudantes das colónias que viviam na metrópole (p. 15).

Assim sendo, em finais de 1957 a Comissão é retirada e as discussões acerca de um novo estatuto – que agradasse o regime, especialmente ao Ministério Nacional da Educação - ganharam um caráter acalorado. Em 1959, após a aprovação de uma série de modificações no funcionamento da casa e com uma direção já democraticamente eleita, a seção editorial ganhou novos rumos. Chefiada por nomes como o de Carlos Ervedosa, Fernando Costa Andrade e Alfredo Margarido, o Boletim Mensagem (1948) fora um utilizado como um dos principais meios de fazer circular textos dos escritores africanos. Segundo Mata (2015), Alfredo Margarido trazia como proposta central, em relação ao

[8] Figuras tidas como simpatizantes de ideais comunistas.

uso e divulgação das literaturas, que " (...) a produção literária devia ser acompanhada por uma manifesta posição política, que reconhecesse a independência nacional e a hegemonia da sua consciência nacional" (p. 22), mais do que isso "construir a autonomia da produção cultural de cada país" (p. 20). Nessa perspectiva, o ano de 1959 não fica marcado apenas pela adoção de novos horizontes concernentes às publicações, mas, também, ao mesmo tempo, pelo fechamento de uma das delegações da CEI, a do Porto.

As atividades culturais promovidas pela CEI passaram então a servir como ferramenta de politização dos sócios e de informação sobre os processos de libertação de vários territórios africanos. Neste ínterim, por volta de 1960, os associados decidem publicar um documento intitulado de "Manifesto ao Povo Português", que, em suma, contrapunha e criticava as atitudes do regime português, assim como conclamava o direito de autodeterminação propalado pela Carta das Nações Unidas (1945). Como represália a tal ação, o regime português resolve deliberar a instauração de uma outra comissão administrativa (encerrada no ano seguinte, mas que, por outro lado visava minimizar os impactos do que fora proposto pelo manifesto). Em consonância a toda essa consubstanciação dos ideais de liberdade tanto quanto de resistência, o processo de formalização de organizações políticas – internas, como a FRELIMO, o MPLA, o PAICG e mais abrangentes, como o MAC e a CONCP – que tinham no seio de suas fundamentações indivíduos oriundos dos quadros da CEI propiciaram um maior enrijecimento nas lutas de libertação (MATA, 2015, pp. 11 -13).

Após um forte processo de coerção, de inúmeros gastos com publicações, construções para melhor acomodar os associados e o esfacelamento dos auxílios vindos do regime – já em 1962 – a CEI iniciou, paulatinamente, a finalização de suas atividades até que, em 1965, através de mais uma intervenção da PIDE, a Casa dos Estudantes do Império é oficialmente fechada. Sua memória heterógena passou então a ter como principal legado, segundo Claudia Castelo (2011), a possibilidade de se enxergar narrativas nacionais sobre o processo de descolonização, os desmandos coloniais e outros aspectos culturais escamoteados pela narrativa oficial do regime salazarista (p. 15).

O PROCESSO DE CONSCIENCIALIZAÇÃO POLÍTICA E O LUGAR DA LITERATURA

De antemão, e como já mencionado anteriormente, é preciso levarmos em consideração que a formação inicial bem como acadêmica, dos estudantes africanos, trazem consigo a ideia de que "o elemento europeu ainda desempenha um papel de relevo

na composição somática dessa elite" (VENÂNCIO, 1992, p. 10). E é por essa perspectiva que as elites letradas lusófonas fazem parte de um longo historial que as torna particular – especialmente por remontarem produções desde o século XVII.

Incialmente, em diálogo com o lugar da literatura, o processo de consciencialização teve seus primeiros passos sedimentados por um caráter cultural, em outras palavras, as décadas de 1930 e 1940 arregimentaram produções que tinham como intencionalidade textual primeira a reivindicação cultural. Apenas em fins da década de 1940 e no início de 1950, de acordo com Venâncio (1992), fora que as elites lusófonas passaram a assumir uma consciencialização enquanto grupo social (pp. 12 -13). Cabe destacar, desse modo, a presença de um influente número de cabo-verdianos e do movimento da Claridade (mesmo tendo muitas aproximações com os universos estéticos e culturais que predominavam na metrópole) (p. 15). Nessa perspectiva, outros grupos de literatos foram ampliando seu campo de publicação, como no caso da emergência do grupo *Certeza* (1944). Ainda de acordo com o autor, os anos que sucedem a criação do grupo também revela um certo marasmo nas publicações, que por sua vez fora concomitante a manifestação de estudantes em outros dois pontos do Império: Luanda e Lisboa. Enquanto em Luanda se destacavam, inicialmente, os intelectuais de cor, em Lisboa os estudantes africanos darão " (...) início ao seu processo de consciencialização e simultaneamente de libertação pelo reconhecimento da incapacidade de sobrevivência somática numa sociedade de brancos (...)" (VENÂNCIO, 1992, p.17).

> Enquanto o grupo de Lisboa, formado por intelectuais oriundos doutras colónias, para além de Angola (exceptuando Cabo Verde), se sentirá bastante ligado ao pan-africanismo, por um lado, e ao movimento Negritude, com sede em Paris, pelo outro, o grupo de Luanda, de motivações políticas mais concretas, circunscrito ao espaço político de Angola, sentir-se-á mais ligado ao modernismo brasileiro e porventura [via Castro Soromenho?)] ao neo-realismo português. (VENÂNCIO, 1992, p.19)

A mescla de sensações que envolvia o estranhamento a uma sociedade somática e majoritariamente formada por brancos fomentou, paulatinamente, a necessidade dos estudantes, advindos das colônias, em repensarem as ações coloniais e suas implicações nas sociedades de onde eram oriundos – assim com o lugar que ocupavam dentro da conformação metropolitana.

> A escrita literária expressava a tensão existente entre esses dois mundos e revelava que o escritor, porque iria sempre utilizar uma língua europeia, era um "homem-de-dois-mundos", e a sua escrita, de forma mais intensa ou não, registrava a tensão nascida da utilização da língua portuguesa em realidades bastante complexas. Ao produzir literatura, os escritores forçosamente transitavam pelos dois espaços, pois assumiam as heranças oriundas de

> movimentos e correntes literárias da Europa e das Américas e as manifestações advindas do contato com as línguas locais. Esse embate que se realizou no campo da linguagem literária foi o impulso gerador de projetos literários característicos dos cinco países africanos que assumiram o português como língua oficial. (FONSECA e MOREIRA, 2007, p. 13)

Dessa forma, várias produções foram divulgadas no intuito de dar ainda mais consistência às indagações feitas por esses intelectuais, especialmente/inicialmente os angolanos. Esse pioneirismo vindo de Angola, segundo Venâncio (1992), traz consigo duas explicações: "a agudização da repressão colonial e a necessidade de se lançar à luta armada" (p. 24). Este último ponto, a despeito da luta armada, teoricamente pressupõe a ideia de que haja uma compreensão e interação com o público leitor, no sentido de contemplar possíveis guerrilheiros. Tal escrita tinha como característica um certo tom messiânico e contava com meios de divulgações específicos, os boletins. Desses podemos destacar *Mensagem* e *Cultura II*, que lançaram a esses autores constantes oportunidades de publicação, mais do que isso, a retomada do boletim da CEI (após o fim da primeira comissão administrativa, 1952 -1957) também colaborou para a produção e difusão dos textos. E é deste ínterim que surge o que Venâncio (1992) denomina de "a geração de 50"[9] (alguns nomes podem ser mencionados pelo destaque em suas obras, Antonio Jacinto, Tomás Jorge, Domingos Xavier, Luandino Vieira, Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Carlos Pestana (Pepetela)). Em linhas gerais, o caráter de uma reivindicação política como prioridade subjaz, segundo Venâncio (1992), em detrimento da "defesa de uma utopia por parte do topo desta sociedade crioula (...)" que acabara resultando " (...) como solução para eliminar as contradições internas à própria sociedade e as contradições que a opõem ao todo do espaço geopolítico (...)" (p. 29).

Assim, a reivindicação por uma angolanidade potencializou o anseio de moçambicanos e cabo-verdianos no empenho para suplantar os meios estilísticos urbanos e alfabetizados, desse modo, de acordo com Venâncio (1992), passaram a adotar formas específicas de narrar seus textos e criar desvios em relação ao padrão linguístico do português europeu como uma necessidade de dar expressão a um mundo semântico diferente (p. 30). De todo modo, a intencionalidade política nas obras vai sendo maturada

[9] Que por sua vez receberam grande destaque pela evidência, em suas produções, com caráter político e combativo ao regime; por adotarem formas de narrarem as literaturas orais tradicionais para superar as barreiras urbanas e de alfabetização e utilizarem da infância como um ponto de culminância de seus sentimentos anti-situacionistas. VENÂNCIO, José Carlos. **Literatura e poder na África Lusófona** – Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992. pp. 25 -27

e ganhando formas expressivas uma vez que partiam "do príncipio de que uma mensagem literária é tanto mais eficaz quanto mais difícil é separá-la dos elementos formais que a viabilizam" (VENÂNCIO, 1992, p. 31). Dessa maneira, a consciencialização política passou a identificar as incapacidades do indivíduo negro de transcender o enquadramento orgânico que estava vivendo, além do mais, ofertou a possibilidade de refutar a integração e o seu lugar "feito força de trabalho" (p. 35) diante do sistema colonial. Em linhas gerais, o combate ao sistema de exploração, a denúncia às violências, a reivindicação de um estatuto original e o anseio pela emancipação política dos domínios metropolitanos foram alguns pontos que consubstanciaram a faceta combativa dessas escritas.

DAS POESIAS ANALISADAS

Tendo em vista a abrangência dos temas que os mais de 100 poemas condensados na coleção *Autores Ultramarinos* trazem consigo, recortamos os principais temas abordados pelos autores, bem como algumas produções que externam suas subjetividades e manifestações concernentes às realidades sociais as quais estavam inseridos. Assim sendo, elencamos os seguintes temas manifestados nas produções: a precarização histórica da escrita do colono em relação às sociedades africanas, a afirmação de resistência, a sobrevalorização dos pormenores físicos, externam hábitos, costumes, ritos e elementos da cultura; denúncias em relação a exploração do trabalho e das riquezas naturais, desvelam o estranhamento a determinados hábitos europeus (suas canções, por exemplo), os estigmas que o negro carrega desde o processo de escravização, a crítica a introjeção de costumes – e sua reprodução – europeizados, a secundarização emplacada aos mais velhos e as tradições pela cultural colonial, suas esperanças (pela liberdade e consequentemente um futuro melhor), projetam pessoas amadas, realizam retratos telúricos (com o intuito de enaltecer múltiplas características da terra, sobrepondo apenas o caráter econômico), por fim, constatamos o amplo trabalho com elementos que se circunscrevem dentro de suas cosmologias: a vida, a morte, a infância, a importância das danças, das cantigas e a preservação de dialetos locais. Este último aspecto chama atenção por ser utilizado também enquanto tática e estratégia para driblar restrições impostas pelo regime.

Tomamos então como base para iniciar a análise, o seguinte poema: *Não me aprisionem os gestos*, do cabo-verdiano Ovídio Martins (1963) uma vez que, manifesta o sentimento de esperança, "Ainda sonho cavalgadas de estrelas/ e danças lúbricas de flores/ em madrugadas azuis/ e jardins suspensos de outro/ e crianças aladas a brinca/ e

gargalhadas de prata (...)" (MARTINS, 1963, p. 07). O uso de uma série de metáforas compõe o arcabouço da escrita de grande parte dos autores já que através delas suas subjetividades e uma outra série de universos são contemplados. No entanto, o ser criança aparece no poema como uma espécie de retorno a tempos melhores e de uma imaginação fértil: "E que diria o meu eu-adulto/ ao meu eu-criança/ – o único afinal –/ que sabe viver sonho e poesia?/ Ah por favor/ não me aprisionem os gestos/ que a criança em mim não desertou ainda" (MARITNS, 1963, p. 08).

Afinal, qual o papel da palavra diante desta conjuntura social recheada de conflitos? O poema *Identidade*, de Aguinaldo Fonseca elucida um pouco essa indagação, segundo o poeta

> Cada poema que escrevo
> É uma fuga para além de mim
> Cada palavra que sinto e depois digo
> É um quebrar de algemas e um voar distante
> Chora em mim a saudade daquilo que não fui,
> Canta em mim a alegria daquilo que serei... (FONSECA, 1951, p. 12)

É nesta vertente que podemos pensar a poesia como "(...) a forma mais densa e mais intensa de expressão verbal" (BOSI, 2003, p. 84). Ao mesmo tempo que instiga o imaginário e liberdade, a palavra desperta inquietações – dependendo de onde é enunciada. No mesmo poema, Aguinaldo Fonseca (1951) faz do jogo dos discursos algo a ser problematizado já que o autor acredita que fora "(...) fadado à nascença para ser/ Aquilo que não sou" (FONSECA, 1951, p. 13). Mas qual o porquê de se encontrar nas mãos de um próprio desconhecimento? A deturpação da imagem do nativo, por conta do discurso colonizador, tem muito a dizer sobre, afinal, "Porque contam de mim histórias que não sei?/ Porque me hão-de apontar na rua, quando passo?" (FONSECA, 1951, p. 13). Assim, não só com estereótipos os discursos alheios mexiam, mas também com o futuro e da pior maneira possível: furtando-o

> Furtaram-me o livrinho onde estava o meu Destino
> E eram-me um destino desconhecido
> Furtaram-me tudo...
> Não sei se na minha infância
> Ou se logo quando eu nascia
> Eu devia ter muita coisa!

Eu devia ter muita coisa!... (FONSECA, 1951, p. 28)

A atuação colonizadora na vida do colonizado também consubstanciava um caráter de usurpação de coisas que advinham de direitos naturais (como no caso do destino). A repetição da frase "Eu devia ter muita coisa" também atenta para o ar de indignação que causa o furto de um destino, assim o autor afirma ainda que "O mundo está estragado!/ O mundo está cheio de ladrões! (...) Mas tudo, me furtaram tudo/ E agora não sou nada/ E agora não tenho nada" (FONSECA, 1951, p. 29). *Furtaram-me tudo* descola o eixo das desproporções das relações no campo econômico e atribui significado mais íntimo aos outros furtos causados pela afirmação do projeto colonial português. Porém, mesmo diante de tantas fraturas, os poetas pareciam não parar de alimentar esperanças, como no caso de António Cardoso em seu poema *Alienação*, na obra *Poemas de Circunstâncias* (1961).

Estes são os versos da minha alienação
E do ódio e da razão
Que outros homens criaram
Em mim.
No entanto, no fundo seco dos meus olhos
Ainda moram crianças loiras e negras
Cantando uma qualquer canção de roda infantil! (CARDOSO, 1961, p. 07)

Cardoso (1951) através deste poema mostra como os sentimentos desembocados pelas atitudes coloniais ganharam uma rede de articulação para legitimar ações de diversos caráteres. Denotando então a presença de uma consciência política crítica aos desmandos, o elemento da infância aparece novamente como refúgio à tal situação. Mas de fato quem é o colono para o poeta dissidente? Retornamos a Aguinaldo Fonseca, na sua obra *Linha do Horizonte* (1951), mas agora no poema *Divisão* e assim compreendemos a figura do colono para o poeta:

Eu e tu combinámos
Construir o nosso mundo.
Tu é que transportaste pedras, cal água e ferramentas;
Eu é que fiquei de longe apreciando:
A obra ia ficar tão bela!...
Eu é que inspeccionei tudo,
Com um sorriso de beatitude
A obra ia ficar tão boa!...

> Tu é que pegaste na pá e na picareta...
> Tu é que abriste estradas
> E plantaste árvores à beira das estradas,
> E ficaste com os pés e as mãos sangrando devido ao esforço do trabalho...
> Mas eu é que tomei o automóvel
> E percorri as estradas
> E colhi os frutos das árvores que plantaste. (FONSECA, 1951, pp. 26 -27)

Vale salientar que nesse recorte do poema o eu lírico é exatamente o indivíduo que se beneficia da exploração do trabalho do colonizado e colhe os frutos de tantos esforços, neste caso, o colonizador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CEI foi criada no intuito de abrigar os estudantes das colônias, em condições de dar continuidade a seus estudos na Metrópole, obviamente, como espaço de manutenção dos ideais colonialistas, através do sistema educacional superior promovido para os das colônias, cuja meta era alimentar noções de unidade e de uma suposta "grande nação portuguesa". Entretanto, a CEI acabara ganhando outros formatos, envolvendo temas e debates que contribuirá não só para formar intelectuais a serviço do colonialismo, mas também aqueles que militaram em defesa da libertação das colônias, tornando-se um espaço fomentador das ideias de libertação nacional e do direito de autodeterminação, que serão encabeçados pelos líderes da resistência ao império português.

Desse modo, ao analisarmos a trajetória da CEI, mesmo diante de uma produção de conhecimento ainda muito escassa, pudemos perceber até o momento que a Casa dos Estudantes do Império se tornou um espaço específico de luta e de formação da consciencialização política para o combate das políticas coloniais, particularmente através da literatura (ensaística, poema, romances, etc.), principal meio de circulação das ideias de resistência cultural e política. Diante do controle e da repressão da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), os estudantes do império encontram na literatura uma forma tática e estratégica de se manifestar contra a cultura do colonizador e de manter viva aspectos da cultura do colonizado.

Nesse sentido, contrariando os objetivos e expectativas das autoridades coloniais, que criaram a CEI para atuar como lugar de difusão e avivamento do espírito e cultura do colonizador, o CEI se torna espaço de reação e assume um caráter de subversão, tendo uma importante contribuição na formação dos futuros líderes da resistência colonial.

Assim, mesmo atravessando períodos bastante delicados – em termos de repressão diante da atuação da PIDE – em sua administração e subsequentemente na coordenação de seus editoriais, a influência de ideias libertárias alicerçada às constantes trocas de conhecimento entre os estudantes fomentaram uma expressiva e significativa produção literária de resistência e preservação da cultura e da língua do colonizado.

Por outro lado, é importante chamar a atenção para a heterogeneidade de pensamentos que vamos encontrar dentro da CEI já que muitos estudantes ainda apoiavam o discurso e as práticas portuguesas, até por terem sido educados e civilizados nas escolas e na ideologia do colonizador, seguindo para a CEI para dar continuidade aos seus estudos. Segundo Castelo (2015, pp. 17-18), a associação atuava, especialmente em seus primeiros anos, em uma via de mão dupla, em outras palavras, tanto resistindo aos desmandos coloniais quanto na própria manutenção das bases ideológicas do colonizador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CASTELO, Cláudia. **A Casa dos Estudantes do Império:** lugar de memória anticolonial, 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, In: 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade : Actas, Lisboa, 2010.

CARDOSO, António. **Poemas de Circunstâncias**. 2ª Edição. Lisboa: UCCLA, 2015.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (Org**.). Historiador e Suas Fontes**. p.63-84, São Paulo: Editora Contexto. 2009;
NORA, Pierre. *Entre memória e história*: a problemática dos lugares. In: **Projeto História.** São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

FONSECA, Aguinaldo. **Linha do Horizonte**. 2º Edição. Lisboa: UCCLA, 2015.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda. *Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa.* In: **Cadernos CESPUC de Pesquisa – Literaturas africanas de língua portuguesa**. Belo Horizonte: PUCMinas. Série Ensaios, n. 16, p. 13-69, set. 2007.

MATA, Inocência. **A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política**. Lisboa: UCCLA, 2015.

MARTINS, Ovídio. **Caminhada**. 2ª Edição. Lisboa: UCCLA, 2015PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª Edição. Belo. Horizonte: Autêntica, 2005.

VENÂNCIO, José Carlos. **Literatura e poder na África Lusófona** – Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.